POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DO IDOSO

*José A. Roque Martins

Ao longo de todos os séculos tem havido uma singularidade fundamental na atitude que a sociedade assume perante o idoso, porque se o idoso se queixa da sua idade avançada, ao mesmo tempo, retira dela a sua glória e procura por isso prolongar os seus dias.

A imagem que as pessoas idosas transmitiram à sociedade durante toda a história da humanidade, valorizada ou desvalorizada, dependeu acima de tudo do modelo de homem idealizado por essa mesma sociedade. E se a fonte de juventude foi sempre a louca esperança do homem o que a realidade nos diz é que não existe terceira idade mas sim e somente a vida e a morte.

É o meio social que cria a imagem do idoso, a partir das normas e dos ideais humanos vindos na própria época. Cada civilização define o seu modelo de idoso e julga a pessoa idosa dentro desse escalão. Quando as sociedades partirem da realidade, isto é, da velhice vivida, em vez de partirem de um modelo abstrato, será dado então um grande passo. Passamos a estudar os próprios idosos e a adaptar a sociedade às suas necessidades, em vez do contrário. Passamos a reconhecer que o idoso e a idosa têm as suas necessidades, incluindo físicas e a plena satisfação dessas necessidades poderá não passar pelo decretar que o velho era um sábio e que queremos que continue a ser.

Mas o que é que a velhice representa hoje na nossa sociedade e como as transformações da sociedade em geral afectam as posições dos idosos?

A resposta a esta questão não pode ser posta somente em termos de benefícios económicos. A velhice é um risco de estilo novo a encobrir um risco de estilo velho. A velhice costumava ser mais passiva do que é hoje: o envelhecimento do corpo, era algo que tinha de ser aceite. Na sociedade mais activa, e mais reflexiva, o envelhecimento tornou-se mais um processo em aberto, tanto a nível físico como psíquico. Envelhecer traz tantas oportunidades hoje como problemas, tanto para os indíviduos como para a sociedade em geral.

O conceito de uma pensão começa no dia da reforma que com o rótulo de "pensionista" foi uma invenção do Estado - Providência.

• Coordenador do Centro de Estudos e Coordenação e Comunicação

Mas estas ideias não estão de acordo com as novas realidades do envelhecimento, além de serem um exemplo tão claro como qualquer outro de dependência do subsídio. Sugerem uma incapacidade e não é de surpreender que para muitas pessoas a reforma conduza a uma perda da auto-estima. Quando a idade de reforma foi fixada em 65 anos, a noção de "idoso", era muito diferente da que temos actualmente. Na Europa de 1900, a esperança de vida para um adulto do sexo masculino, que então tivesse 20 anos de idade, era de apenas 62 anos.

Uma sociedade que separa os idosos da maioria, encerrando-os num gueto chamado reforma, não pode considerar-se inclusiva.

Também aqui se deve aplicar o preceito filosófico: a velhice não pode ser considerada como um período de direitos a que não correspondem responsabilidades. Ficou famosa no princípio do século a observação de BURKE, segundo o qual "a sociedade é uma parceria, entre os vivos, os que já morreram e os que estão para morrer" (1). Esta parceria está subentendida na própria ideia de pensão colectiva, a qual serve de elo de ligação entre as gerações. Mas é evidente que um contrato entre gerações precisa de ser mais do que isto. Os jovens deveriam olhar os idosos como modelos, os idosos deveriam considerar-se ao serviço das gerações futuras. Serão estes os objectivos realistas numa sociedade que perdeu a deferência, onde a idade já não parece trazer consigo a sabedoria? Há diversos factores que nos dizem que talvez ainda seja possível. Ser "velho" dura mais tempo do que antigamente. Há agora um número muito vasto de idosos entre a população e, por isso, eles dispõem de uma maior visibilidade social. Finalmente, o seu crescente envolvimento no trabalho e na comunidade deveria ser um elo de ligação entre eles e as gerações mais jovens.

A posição dos idosos doentes, pessoas que carecem de cuidados permanentes, levanta questões muito difíceis. O problema dos recursos do Estado que deveriam ser canalizados para os idosos doentes não se resolve apenas com a razão. Neste caso há outras questões a considerar, incluindo questões éticas fundamentais, que se põem à sociedade actual.

As estratégias governamentais que ponham em destaque o conceito de educação permanente, criando programas de ensino que comecem na infância e possam ser continuados mesmo em idades mais avançadas serão francamente positivos. Embora a formação em áreas específicas possa ser necessária em muitos períodos de transição, o mais importante é desenvolver a competência cognitiva e emocional das pessoas. Em vez de se basearem

na concessão de benefícios sem condições, as políticas devem ser orientadas no sentido de utilizar os recursos dos sistemas de formação e outras oportunidades de investimento pessoal. Porque de facto a educação pode ser um factor de coesão, se procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, evitando assim tornar-se um factor de exclusão social.

O respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos constitui, de facto, um princípio fundamental que deve levar á exclusão de qualquer forma de ensino estandarizado.

É um erro pensar que a exclusão diz respeito únicamente a uma minoria. Em matéria de educação, em muitos países em desenvolvimento, o número de analfabetos supera amplamente metade da população e, dentro deste grupo, a maioria são mulheres. Esta exclusão pode arruinar a vida futura, pois é sabido que quem não tem a oportunidade de aceder ao primeiro escalão de formação inicial, dificilmente alcançará os níveis superiores. A educação é um processo acumulativo: quanto mais tempo se tenha estudado, mais se tenta melhorar os conhecimentos ao longo da vida adulta.

A exclusão é também um processo acumulativo em todo o mundo.

Os iletrados dos países em desenvolvimento que beneficiaram da obrigação escolar e não são totalmente analfabetos, mas não dominam suficientemente os conhecimentos básicos necessários para poder integrarem-se na vida quotidiana - sofrem de marginalização social e económica. São o amargo expoente de uma definição do Conselho da Europa, segundo a qual os excluídos são "grupos inteiros de pessoas que se encontram parcial ou totalmente fora do campo de aplicação dos direitos humanos".

Quando as economias nacionais estão afogadas, e os sistemas formais de educação chegaram ao limite, as alternativas que se apresentam àqueles que não podem aceder à educação devem ser credíveis, realistas e de qualidade. Há que inovar. Não se trata de criar novas estruturas educativas pesadas, mas trabalhar com os governos, os colaboradores no terreno, as organizações não governamentais, para que os excluídos possam desenvolver e reforçar as suas próprias qualidades. O que, muitas vezes, a educação convencional já não pode conseguir, a educação básica não formal; espera atingir com um custo menor e em menos tempo, mediante mecanismos práticos e funcionais que combinam alfabetização com a aquisição de conhecimentos básicos, seguindo métodos de aprendizagem adaptados a contactos distintos, que em geral não têm paralelo no sistema

escolar tradicional.

Esta educação básica não formal deve afirmar-se na realidade quotidiana e tentar obter resultados imediatamente visíveis para os alunos. Caso contrário corre-se o risco de provocar novos insucessos e desilusões definitivas.

A educação básica não formal, ao cobrir àreas indispensáveis para a melhoria da vida quotidiana (saúde, higiéne, alimentação, etc), orienta-se também, de modo natural, para as preocupações económicas. A experiência mostra que a educação básica não formal destinada aos excluídos deve estar ligada ao sector informal da economia, que não responde às leis de mercado de trabalho tradicional. Esta economia popular distingue-se pelo auto-emprego ou o emprego por exemplo em cooperativas, o uso de meios de produção e de troca não monetorizados e nas relações sociais baseadas num contrato pessoal.

Em resumo, a educação contra a exclusão como no caso dos idosos mais carentes pretende dar vida à noção "empowerment", quero dizer, dar aos seres humanos os meios para que possam governar-se por si próprios.

As políticas de governo devem também promover a harmonização, quer através da adopção de programas comuns de ensino quer através da personalização do direito à formação. Uma maior harmonização das práticas e dos padrões de ensino, por exemplo, é desejável para uma força de trabalho que se quer cosmopolita. A harmonização não é inimiga da diversidade cultural e pode até ser uma das condições da sua sobrevivência.

Partindo do princípio que o renascimento da cultura cívica é uma das ambições primordiais da política actual, a participação activa dos governos na economia social faz todo o sentido. Como a situação de pleno emprego é problemática, há quem tenha encarado a escolha que se nos apresenta em termos realmente inflexíveis: ou participar na economia social ou enfrentar o aparecimento de "culturas marginais".

É necessário combater estas formas de exclusão reconhecendo e respeitando o princípio de igualdade, tratando diferentemente o que é diferente.

É necessário combater o sentimento da dispensabilidade das pessoas que se vai instalando no mundo de hoje como que eliminados pelo curso inexorável do progresso.

Nestes termos, temos que pôr as relações interpessoais e interculturais no

centro das nossas preocupações e há que encontrar respostas para esta fatalidade, a exclusão, de forma que grande parte dos excluídos de hoje, os idosos, tenham ainda direito à felicidade e à dignidade.

É também e acima de tudo desenvolvendo a educação activa que damos o nosso contributo para uma compreensão universalista da humanidade, contra a indiferença e o conformismo, no respeito mútuo e aprendendo a ser com os outros.

Contributo este que levou o IPM a lançar este ano, o último do milénio, a Academia do Cidadão Senior, um centro de ensino voltado para as questões relativas à terceira idade, que busca compreender o processo de envelhecimento e propor acções no sentido da construção da longevidade, em qualidade, em termos de saúde, cultura e participação social.

A economia do século XXI ou valoriza a "educação para todos" - como vector fundamental de política de desenvolvimento ou será incapaz de compreender a sociedade humana do conhecimento e do respeito mútuo.

No primado do espírito e na força dos compromissos sociais uma economia para os idosos tem que priviligiar a "coesão económica e social" em vez da legitimação do ponto de vista segundo o qual os fins justificam os meios a todo o preço. Com o aumento impressionante do desemprego, acompanhado por um aumento daqueles que, sendo considerados funcionalmente supérfluos, parecem para sempre arredados do mercado de trabalho e entre estes os idosos estão na primeira linha. No momento em que a exclusão está instalada, sob diversas e inesperadas formas é necessário reafirmar a ideia de "justiça como equidade".

Os fenómenos de exclusão surgem na confluência de dificuldades múltiplas que o Estado democrático está hoje confrontado. O agravamento das desigualdades por força da mudança de paradigmas de conhecimento; tecnológico e de organização social agravam esta situação.

Voltar as costas à exigência e ás necessidades dos mais pobres, desviar o olhar dos sofrimentos que as suas vidas suportam devido à pobreza é acreditar que se pode edificar um muro inultrapassável entre o mundo deles e o nosso.

Vemos neles uma ameaça quando devíamos era ver uma oportunidade: quem, para além da nossa humanidade, que só aspira a viver melhor, nos poderá oferecer esse novo campo de expressão e de progresso que

procuramos cegamente dentro das nossas fronteiras? O desemprego aumenta nos nossos países, porque a produtividade crescente e a evolução de economia orientada para actividades que exigem muito capital mas criam poucos postos de trabalho cria uma reserva de subemprego estrutural , que só o desenvolvimento e a subida do poder de compra dos países do sul poderão permitir resolver.

Precisamos de ser generosos para quem realmente precisa da nossa solicitude e da nossa atenção , sem nos interrogarmos grandemente sobre os motivos da nossa compaixão. Porque o que é realmente dramático é a possibilidade de irem surgindo milhares de pequenas crises de escassez ao longo dos próximos anos e de a indiferença em relação a ela se generalizar.

Neste processo de mundialização, o trabalho humano aparece desqualificado (menos emprego, menos remuneração), uma vez que é fácilmente substituído pela "máquina" ou por mão -de-obra mais barata localizada em outros espaços.

O sistema de produção está desarticulado das necessidades e dos recursos. Estes tendem para uma desvalorização progressiva; aquelas são artificialmente criadas pelo poder e pela penetração dos mass media, que estão em forte articulação com os interesses e o poder económico e financeiro.

Neste quadro, o sistema de segurança social e o de bem estar, com os seus serviços de educação, de saúde, assistência social, etc. oferecidos pelo estado a todos os cidadãos encontram-se em dificuldade senão em ruptura. Os encargos ampliam-se e os recursos comprimem-se. Os governos experimentam as maiores dificuldades para darem a resposta que os cidadãos e as cidadãs reclamam.

Resta acrescentar que a estas dificuldades de ordem estrutural e instituicional vêm somar-se outras como a evolução demográfica, o enfraquecimento da instituição familiar e a mutação no sistema de valores da cultura dominante.

Todos sabemos como o mercado de trabalho, altamente competitivo e baseado essencialmente no lucro, discrimina o idoso sob o rótulo de improdutivo, lento, incapaz e, além disso, inferiorizado pelo trabalho do jovem, o qual preconiza eficiência e competência nem sempre compatíveis com a realidade. Esta é uma questão prioritária para uma mudança de mentalidade e de reversão de valores, visto que a educação se apresenta como arma propulsora nessa mudança. Ao abordar esta questão no duplo

sentido: revisão dos valores educacionais dos jovens, em busca de um melhor entendimento e valorização do processo de envelhecimento estamos a dar significado à cidadania mas não podemos esquecer a necessidade de esclarecer os idosos sobre o verdadeiro valor e importância que possuem na sociedade, levando-os a reivindicar os seus direitos e espaço social.

摘要

復興公民文化是當今政治最大的野心之一, 從這一原則出發, 政府積極參與社會經濟活動。然而, 是否能"全部雇用"是仍存疑問的, 需要面對選擇的人向我們提出真正靈活的方式: 或參與社會經濟活動或直面"邊緣文化"的出現。

有必要打擊各種"排斥"的方式, 承認並尊重平等一致的原則, 不同事物不同對待。

有必要打擊這種情緒, 即認為今天的世界不需要那些被無情發展洪流所淘汰的人。

因此, 人與人之間及文化與文化間的關係必是我們最憂慮的, 必須找出命運的答案, "排斥"的原因, 從而使今天被排斥在外的一大部份人, 也就是老年人, 仍然享有得到幸福和尊嚴的權利。

同樣, 也是最重要的, 我們所致力的成人教育的發展, 不應摒棄對全球性人文觀念的理解, 也就是, 應拋開漠不關心和順應附和, 學習相互尊重和與人相處。

(1) Edmund Burke, Reflections on The Revolution in France, London, , 1910, pp 93-94

Abstract

Believing that the rebirth of civic culture is one of the main objectives of current politics, Governments therefore should play an active role in the social economy. Since full employment is a problematic issue, some people have challenged it: either Governments participate in the social economy or there will be an emergence of "marginal cultures".

It is necessary to fight these exclusion situations recognizing and respecting the equality principle, dealing differently with what is different.

It is necessary to fight the "people are dispensable" type of attitude, which is so common in today's world.

Accordingly, it is necessary to focus on interpersonal and intercultural relations, and answers must be found for the problem of exclusion, allowing the majority of the excluded, the elderly, the right to happiness and dignity. It is also through active civic education programs, that we work towards universal understanding of humanity, that we stand against indifference and acquiescense, respecting and learning with others.